

**EDITAL SEESP Nº 01/2017**  
**CONCURSO DE PROJETOS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA**  
**ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**1. INTRODUÇÃO**

A Comissão Julgadora se reuniu no dia 04/12/2017 na Sala 08 do 8º andar do Prédio Minas, situado Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves (Endereço: Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG), para analisar e julgar a única proposta recebida referente ao Edital SEESP Nº 01/2017, conforme exposto na Ata da Sessão Pública de Abertura das propostas, ocorrida em 28/11/2017.

Será descrita, a seguir a análise da proposta recebida, nos termos do subitem 7.5 do referido Edital.

**2. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

**2.1. Proposta da “Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais”, CNPJ nº 04.070.420/ 0001-03.**

Iniciada a análise, foi verificada a DOCUMENTAÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, TÉCNICA E ECONÔMICOFINANCERIA, elencada no item 6.1 do Edital SEESP Nº 01/2017. Foi verificado que o envelope da proposta em questão continha:

- a) Estatuto da entidade com registro no Cartório Cível de Pessoas Jurídicas, contendo como objeto social, no mínimo, uma área de atuação relacionada a uma das seguintes:
  - a.1 Fomento do esporte amador
  - a.2 Ensino fundamental ou médio gratuito
- b) Ata de eleição dos membros dos órgãos deliberativos;
- c) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- d) Certidão de regularidade perante o FGTS;
- e) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- g) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- h) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

EDITAL SEESP Nº 01/2017

CONCURSO DE PROJETOS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA

- i) Certificado de Qualificação como OSCIP emitido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais e extrato do ato de Qualificação ou de Renovação da Qualificação como OSCIP publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado, vigente na data de apresentação das propostas;
- j) Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital, contendo a Declaração de Isenção de Imposto de Renda- IR do último exercício
- k) Balanço patrimonial do último exercício;
- l) Demonstrativo dos resultados financeiros do último exercício;
- m) Declaração de idoneidade, de inexistência de impedimento de contratar com a Administração Pública e de não emprego de mão-de-obra de menor, conforme modelo do ANEXO IV do Edital.

Em relação ao Estatuto da entidade com registro no Cartório Cível de Pessoas Jurídicas, foi constatado, pela Comissão Julgadora, erro material na apresentação do referido documento, tendo em vista a duplicidade da página nº 07 e ausência da página nº 04. A Comissão, dessa forma, optou por abrir diligência para a regularização do documento, solicitando o encaminhamento da página 04 do Estatuto da Entidade na formá prevista pelo Item 5.1 do Edital SEESP Nº01/2017, por meio de sua via original ou cópia autenticada, conforme exposto no subitem 6.1.1 do Edital. A proponente deverá encaminhar a documentação seguindo o disposto no item 4.2 do Edital.

Todos os documentos acima elencados foram apresentados por meio de suas vias originais, cópias autenticadas, na forma da lei e perfeitamente legíveis, ou vias emitidas através de sítios eletrônicos de órgãos ou entidades da administração pública municipal, distrital, estadual ou federal, estando válidos até a data de apresentação da proposta.

Além dos documentos elencados no item supracitado, a entidade apresentou os seguintes documentos, que não foram considerados na análise da Comissão Julgadora, com base no item 7.7 do Edital:

- a) Certificado de Registro Cadastral do Fornecedor

**EDITAL SEESP Nº 01/2017**

**CONCURSO DE PROJETOS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA**

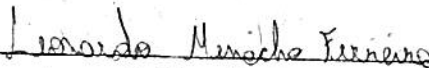
- b) Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP
- c) Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais

Dessa forma, a Comissão Julgadora abre prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação desta ata, para a apresentação do documento por parte da entidade, para que a mesma seja declarada habilitada para a análise da PROPOSTA TÉCNICA.

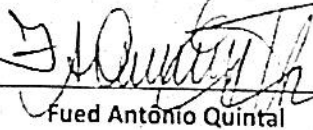
Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2017.



Frederico Oliveira Motta Pessoa  
Representante da SEESP



Leonardo Menacho Ferreira  
Representante da SEPLAG



Fued Antonio Quintal  
Representante da sociedade civil

